

Aleksandra M. Kollontai ⚡ Anna A. Kalmánovitch
Ariadna V. Tirkóva-Williams ⚡ Ekaterina D. Kuskova
Elena A. Kuvchínskaia ⚡ Inessa F. Armand
Konkórdia N. Samóilova ⚡ Liubov I. Guriévitch
Maria I. Pokróvskaia ⚡ Nadiéjda K. Krúpskaia
Olga A. Chapír

GRAZIELA SCHNEIDER [ORG.]

A REVOLUÇÃO DAS MULHERES

emancipação feminina na Rússia soviética

artigos, atas, panfletos, ensaios



Copyright da edição © Boitempo, 2017

Direção editorial

Ivana Jinkings

Edição

Bibiana Leme

Assistência editorial

Thaisa Burani

Tradução

Cecília Rosas, Denise Sales, Ekaterina Vólkova Américo, Gabriela Soares, Gabriella Oliveira, Gabrielle Figueira, Kristina Balykova, Melissa Teixeira Siqueira Barbosa, Natalia Quintero, Priscila Marques, Renata Esteves, Sofia Osthoff, Tatiana Lárkina, Thaiz Carvalho Senna
(conforme identificação em cada texto)

Conferência final

Paula Vaz de Almeida

Preparação

Mariana Tavares

Revisão

Maíra Bregalda

Coordenação de produção

Livia Campos

Capa

Ivana Jinkings

(sobre montagem com fotografia em óleo sobre tela de Liubov Popova, 1917)

Diagramação

Natalia Aranda (Crayon Editorial)

Equipe de apoio: Allan Jones / Ana Yumi Kajiki / Artur Renzo / Eduardo Marques / Elaine Ramos / Frederico Indiani / Isabella Marcatti / Ivam Oliveira / Kim Doria / Marlene Baptista / Maurício Barbosa / Renato Soares / Thaís Barros / Túlio Candiotti

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

R35

A revolução das mulheres : emancipação feminina na Rússia soviética / organização Graziela Schneider ; [tradução Cecília Rosas ... [et al.]] . – 1. ed. – São Paulo : Boitempo, 2017.

ISBN: 978-85-7559-538-1

1. União Soviética - História - Revolução, 1917-1921. 2. Mulheres - Condições sociais - União Soviética. 3. Feminismo - História - União Soviética. I. Schneider, Graziela. II. Rosas, Cecília. III. Título.

17-39486

CDD: 305.42

CDU: 316.346.2-055-2

É vedada a reprodução de qualquer parte deste livro sem a expressa autorização da editora.

1^a edição: março de 2017

BOITEMPO EDITORIAL

Jinkings Editores Associados Ltda.

Rua Pereira Leite, 373

05442-000 São Paulo SP

Tel./fax: (11) 3875-7250 / 3875-7285

editor@boitempoeditorial.com.br | www.boitempoeditorial.com.br

www.blogdaboitempo.com.br | www.facebook.com/boitempo

www.twitter.com/editorabotempo | www.youtube.com/tboitempo

ALEKSANDRA
MIKHÁILOVNA
KOLLONTAI
(1872-1952)



RELAÇÕES ENTRE OS SEXOS E A LUTA DE CLASSES*

Entre os problemas complexos que inquietam a mente e o coração da humanidade moderna, a questão sexual, sem dúvida, ocupa um lugar de destaque. Não há país nem povo, exceto os “aborígenes” lendários, em que o tema das relações entre os sexos não esteja tomando um caráter cada vez mais exacerbado. A humanidade está vivendo uma crise sexual não somente aguda, mas também prolongada, o que é muito mais desfavorável e doloroso.

Em todo o longo caminho da história da humanidade agrisalhada pelo tempo, talvez não se possa encontrar uma época em que as “questões sexuais” tenham ocupado um espaço tão central na vida da sociedade, em que as relações entre os sexos tenham concentrado, tal qual um foco, os olhares aflitos de tantos milhões de pessoas, em que os dramas sexuais servissem de fonte de inspiração tão inesgotável para representantes de todos os tipos e gêneros artísticos.

Quanto mais dura a crise, quanto mais crônico se torna o seu caráter, mais sem saída parece a situação dos contemporâneos, e com mais veemência a humanidade se atira aos meios diversos de resolução da “maldita questão”. Mas, a cada nova tentativa de solucionar o problema, o intrincado novelo das relações entre os sexos se enrola mais, e parece que não se pode ver aquele único fio que ajudará a finalmente dominar o teimoso emaranhado. Assustada, a humanidade se joga com arrebatamento ora a um extremo, ora ao outro, mas o círculo mágico da questão sexual continua sem perder seu feitiço.

“É preciso voltar às felizes épocas remotas, recuperar os antigos fundamentos da família, fortalecer as normas sexuais morais já postas à prova” – decide a parte da humanidade com inclinações conservadoras. “É preciso destruir todas as proibições hipócritas do ultrapassado código da ética sexual, entregar aos arquivos esses farrapos tímidos e inúteis... A consciência individual, a vontade de cada um é o

* Tradução de Kristina Balykova. (N. E.)

único legislador nessa questão íntima” – ouve-se do campo do individualismo burguês. “A questão sexual será resolvida apenas com a chegada de um regime econômico e social radicalmente reformado” – afirmam os socialistas; mas será que a menção ao futuro indica que em nossas mãos não há o fio tão desejado?

Será que é de fato possível encontrar agora mesmo ou pelo menos vislumbrar esse “fio mágico” que promete desembaraçar o novelo?

O caminho para encontrar tal fio é dado a nós pela própria história das sociedades humanas, a história da luta ininterrupta entre grupos e classes sociais diversos e opostos em seus interesses e aspirações. Não é a primeira vez que a humanidade vive uma crise sexual aguda, que a nitidez e a clareza das prescrições morais vigentes na área das relações entre os sexos se desmancham sob a pressão da onda imponente dos novos valores e ideais morais. A humanidade experimentou uma crise sexual especialmente aguda na época do Renascimento e da Reforma, quando a grande transformação social em andamento fez recuar a aristocracia feudal, nobre, orgulhosa e acostumada com a dominação absoluta, abrindo espaço para uma nova força social que aumentava e se fortalecia – a burguesia ascendente. O código da moral sexual do feudalismo desenvolveu-se das profundezas do “modo de vida clânico”, com sua economia coletiva e suas bases autoritárias, que engoliam a vontade individual de um membro, e deparou-se com um novo código de ética sexual, alheio e contrário – o da classe burguesa em formação. A moral sexual da burguesia se originou nos princípios diametralmente opostos às bases morais do código feudal: em vez do princípio clânico, a estrita individualização, a delimitação de uma “pequena família” fechada; em vez da “cooperação” – característica da economia tanto clânica quanto distrital* –, a concorrência. Os últimos resquícios das ideias comunistas, inerentes em graus distintos a todas as variações do modo de vida clânico, foram expelidos pelo princípio vitorioso da propriedade privada, delimitada, destacada e individualizada. Por séculos, a humanidade, desorientada, hesitou entre os dois códigos sexuais, tão diferentes em espírito; tentou se adaptar a eles e explorá-los, até que, em um complexo laboratório da vida, transformou as antigas normas nas bases renovadas e atingiu pelo menos uma harmonia externa e formal.

* Segundo o economista soviético Piotr Maslov (1867-1946), a economia distrital se caracterizava pela ampliação das trocas entre o campo e a cidade. (N. T.)

Mas, naquela época de transição notável e expressiva, a crise sexual, não obstante toda a sua agudeza, não possuía um caráter tão ameaçador quanto o que está tomando hoje em dia. Isso se deve sobretudo ao fato de que, “nos grandes dias” do Renascimento, nesse “século novo”, quando os feixes da luz viva da nova cultura espiritual cobriam com cores claras a vida monótona e pobre em conteúdo do mundo medieval decadente, a crise sexual moral foi vivida apenas por uma parte relativamente pequena da sociedade. A camada então mais numerosa da população, os camponeses, foi atingida de modo bastante indireto, uma vez que, durante séculos, nela também aconteciam de modo lento e longo a reforma das bases econômicas e a evolução dessas relações. No topo da escada social, ocorria uma luta veemente dos dois mundos sociais, opostos em suas aspirações; lá, lutavam entre si os ideais e as normas de duas visões de mundo hostis; lá, a crise sexual temível e crescente marcava suas vítimas. Os camponeses, resistentes às inovações e estáveis em seu solo, continuaram atendo-se firmemente às normas já testadas das tradições clânicas herdadas de seus antepassados. Apenas sob a pressão de uma necessidade extrema eles modificavam, atenuavam e adaptavam às novas condições da vida econômica o código da moral sexual clânico, congelado e como se forjado de uma só vez. Na época do tenso embate entre os mundos feudal e burguês, a “crise sexual” não atingia a “classe onerada” e, quanto mais veemente se tornava a destruição das normas antigas lá no topo, com mais força os camponeses pareciam fiar-se às suas tradições clânicas... Apesar dos turbilhões incessantes que passavam por cima de suas cabeças e faziam tremer a terra sob os seus pés, os camponeses – especialmente os nossos russos – de algum modo conseguiam preservar durante séculos inteiros os princípios básicos do seu código sexual moral em sua forma inabalável e intacta.

Hoje em dia, vemos uma situação diferente. Dessa vez, a “crise sexual” não poupa os camponeses. Como uma doença infecciosa que não reconhece “nem títulos nem patentes”, ela passa dos palácios e mansões aos bairros apertados dos operários, olha para dentro das habitações dos simples pequeno-burgueses, penetra as longínquas aldeias russas, marcando suas vítimas tanto na vila do burguês europeu como no porão bolorento da família operária e na casa esfumacada do camponês... Contra os dramas sexuais “não há defesa, não há fechaduras”... Seria um grande erro imaginar que nos seus abismos escuros só se debatem os representantes das camadas abastadas da

população. As ondas turvas da crise sexual sempre ultrapassam com mais frequência o limiar das casas operárias, criando lá dramas que não perdem em agudeza e ardência para as vivências psicológicas do mundo “burguês refinado”.

Mas justamente porque a crise sexual não atinge apenas os interesses dos “abastados”, porque os “problemas dos sexos” se apresentam a uma camada social tão numerosa como o proletariado moderno, é imperdoável e incompreensível a indiferença com que tratam essa questão tão essencial, ardente e exacerbada. Entre as diversas e fundamentais tarefas que criam obstáculos à classe operária em seu avanço rumo à fortaleza sitiada do “futuro”, sem dúvida, encontra-se a construção de relações mais alegres e saudáveis entre os sexos.

De onde vem então essa apatia inescusável em relação a uma das incumbências essenciais da classe trabalhadora? Como explicar esse tratamento hipócrita da “questão sexual” como um “assunto de família”, com o qual não é preciso gastar as forças e a atenção coletivas? Como se as relações entre os sexos e a elaboração de um código moral que as regula não fossem, ao longo da história, um dos momentos constantes na luta social, como se tais relações dentro de um grupo social determinado não influenciassem, de modo fundamental, o resultado da luta entre as classes sociais inimigas?

O trágico da humanidade moderna não está apenas no fato de que, diante dos nossos olhos, está acontecendo a destruição das formas habituais de contato entre os sexos e dos princípios que as regulam, mas também em que, dos lugares sociais mais profundos e inferiores, estão sendo exalados aromas frescos e incomuns das novas aspirações que envenenam a alma do ser humano moderno com a saudade dos ideais do futuro ainda irrealizável. Nós, pessoas do século da propriedade privada capitalista, das dramáticas contradições de classe e da moral individualista, ainda vivemos e pensamos sob o grave signo da solidão de alma inacabável. Esse “isolamento” no meio das multidões, das cidades apelativas, pândegas e barulhentas, esse sentimento mesmo em meio aos “amigos e companheiros de armas” mais próximos, faz com que a pessoa moderna se apegue com uma voracidade doentia à ilusão de uma “alma próxima” que pertence, é claro, a um ser do outro sexo, pois somente o “Eros malicioso” consegue dissipar com seus encantos a escuridão da solidão inacabável, nem que seja por um tempo...

Talvez em nenhuma outra época a solidão da alma tenha sido sentida com tanta agudeza aflitiva e insistência como hoje, talvez nunca

as pessoas tenham sofrido tanto, nunca tenham sucumbido diante dos seus olhos mortíferos.

E não poderia ser de outra maneira. A escuridão parece especialmente densa quando há uma chama cintilando à sua frente.

Diante dos olhos dos “individualistas” modernos, ainda pouco ligados ao coletivo e a outras pessoas de “emoções simpatizantes”, brilha uma nova luz aliciante, a saber, as relações entre os sexos em transformação, em que as cegas bases fisiológicas cedem a um princípio artístico, a uma “solidariedade camaradesca”. A moral individualista, marcada pela propriedade privada, começa a parecer especialmente mortífera e opressora. Em sua crítica das relações sexuais, a pessoa moderna não se limita à negação das formas externas ultrapassadas e do código moral vigente. Sua alma solitária procura uma “renovação” da própria essência dessas relações, sente saudades e se lamenta daquele “grande amor”, daquele princípio artístico e acalentador que é o único capaz de rechaçar o fantasma congelante da solidão da alma dos contemporâneos individualistas.

Se a “crise sexual” é acarretada em três quartos pelas relações socioeconômicas externas, um quarto da sua agudeza se deve, sem dúvida, à nossa “*psique individualista refinada*” cultivada pelo domínio da ideologia burguesa. De fato, a humanidade moderna carece de “potência amorosa”, na expressão da escritora [Grete] Meisel-Hess. Os representantes de ambos os sexos procuram um ao outro querendo receber através do outro, por meio do outro, a maior quantidade possível de prazer espiritual e físico. A última coisa em que o parceiro amoroso ou matrimonial pensa são as emoções do outro e o trabalho psicológico que acontece dentro dele.

Talvez o “individualismo” rude que embeleza o nosso século não influencie nenhuma outra área com tanta clareza como justamente as relações entre os sexos. A pessoa que foge da solidão da alma imagina de modo ingênuo que basta “encher-se de paixão ardente” e apresentar seus direitos sobre a alma da outra pessoa para poder se esquentar nos raios de um bem raro, a proximidade das almas e o entendimento. Nós individualistas, com a alma embrutecida no eterno culto ao próprio ego, imaginamos que a maior felicidade, a sensação do “grande amor” que preenche a nós mesmos e aos seres próximos, pode ser tomada sem se dar em troca os tesouros da nossa própria alma!

Sempre reivindicamos para nós o nosso “contra-agente” amoroso por inteiro, sem dividi-lo com ninguém, enquanto nós mesmos não

sabemos seguir a mais simples fórmula de amor: tratar com o maior cuidado a alma do outro. Essa regra nos será ensinada paulatinamente pelas novas relações entre os sexos, que já estão sendo delineadas: aquelas baseadas em dois princípios incomuns para nós – a liberdade e igualdade totais, por um lado, e a verdadeira solidariedade camaradesca, por outro. Mas, por enquanto, a humanidade tem de gelar no frio da solidão da alma e apenas sonhar com um “século melhor”, em que todas as relações interpessoais serão acalentadas pelos raios do “grande efebo”, as emoções solidárias cultivadas pelas novas condições de vida. A crise sexual não pode ser resolvida sem uma reforma radical na área da psique humana, sem o aumento da “potência amorosa” da humanidade. Mas essa reforma psíquica depende completamente da reconstrução radical das relações socioeconómicas nas bases do comunismo. Fora dessa “velha verdade” não há saída.

De fato, a humanidade moderna experimenta as mais diversas formas de contato amoroso e matrimonial e, ainda assim, a crise sexual não diminui nada por causa disso.

A história nunca viu tanta variedade de relações matrimoniais: o casamento ininterrupto com uma “família estável” e, paralelamente, a relação livre ocasional, o adultério em segredo no casamento e a convivência aberta de uma moça com seu namorado – o “casamento selvagem”*, o casamento sindiásmico**, o casamento “entre três” e até uma forma complexa de casamento “entre quatro”, sem falar dos tipos de prostituição à venda. Entre os camponeses, há uma mistura dos resquícios do antigo modo de vida clânico com os princípios decadentes da família individualista burguesa, o vexame do adultério e do *snochatchestvo****, a liberdade antes do casamento e a mesma “moral dupla”... As formas das relações matrimoniais são contraditórias e confusas, e só podemos admirar como uma pessoa que preservou na sua alma a fé nos preceitos morais inabaláveis consegue orientar-se diante dessas ambiguidades e manobrar em meio às prescrições morais

* Concubinato. (N. T.)

** Bastante mencionado na obra *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, de Friedrich Engels, o casamento sindiásmico, comum entre os iroqueses, é um arranjo pré-monogâmico em que o casal tem uma relação estável, embora sejam toleradas infidelidades por parte do marido, e a relação pode ser facilmente rompida por qualquer uma das partes. (N. E.)

*** Prática de relações sexuais entre o patriarca da família camponesa russa e sua nora, muito difundida no passado. (N. T.)

incompatíveis que se destroem mutuamente. Nem a justificativa comum “Eu vivo segundo a moral nova” salvará, pois a “moral nova” ainda está em processo de formação. A tarefa consiste justamente em definir, por fim, essa moral em desenvolvimento, em captar no caos das normas sexuais incoerentes da modernidade o contorno dos princípios que correspondem ao espírito da classe progressista revolucionária.

Além do já mencionado principal defeito da nossa psicologia moderna – o individualismo extremo, o egocentrismo elevado a culto –, a “crise sexual” é agravada por outras duas características típicas da psique contemporânea: 1) a ideia arraigada em nós de que os cônjuges são propriedade um do outro; 2) a suposição, ensinada há séculos, sobre a desigualdade e o valor distinto dos dois sexos em todas as áreas e esferas da vida, inclusive na sexual...

A ideia da propriedade inalienável sobre o cônjuge era cultivada com especial esmero pelo código moral da burguesia, com seu ideal de família individualista, fechada em si e construída totalmente sobre as bases da propriedade privada. A burguesia atingiu a perfeição inculcando essa ideia na mente humana. Hoje, a noção de “propriedade” sobre o cônjuge se estende até muito mais longe daquilo que era entendido como propriedade pelo código clânico das relações matrimoniais. Durante todo o longo período histórico que se desenvolveu sob o signo do “princípio clânico”, a ideia do direito de posse do marido sobre a mulher (de modo geral, era negado à mulher o mesmo direito sobre o marido) não ia além do aspecto puramente físico. A mulher era obrigada a preservar sua fidelidade fisiológica ao marido, enquanto a alma dela pertencia a ela própria.

Até os cavaleiros reconheciam o direito das mulheres de ter os “chichisbéus” (amigos platônicos veneradores) e receber a “adoração” dos *minnesängers* [trovadores] e dos próprios cavaleiros. O ideal de posse exclusiva sobre o “eu” não só física, mas também espiritual do contra-agente matrimonial, o ideal que permitia a reivindicação dos direitos de propriedade sobre todo o mundo espiritual do parceiro amoroso, essa concepção foi totalmente cultivada, cuidada e protegida pelas mãos da classe burguesa para fins de fortalecimento das bases da família que garantiam a estabilidade e a solidez durante a luta pelo domínio social. E nós não somente herdamos essa noção, como estamos dispostos a difundi-la como um absoluto moral inabatável! A ideia de “propriedade” ultrapassa os limites dos “casamentos legais”; ela é um momento inevitável que se infiltra mesmo na relação

amorosa mais “livre”. Não obstante todo o respeito pela liberdade “em teoria”, os amantes modernos não ficariam nada satisfeitos com a fidelidade fisiológica do seu parceiro amoroso. Para rechaçar o fantasma da solidão sempre vigilante sobre nós, invadimos a alma do ser “amado” e exigimos os nossos direitos sobre os segredos do seu “eu” espiritual com crueldade e indelicadeza incompreensíveis para a humanidade futura. O amante moderno perdoaria incomparavelmente mais rápido uma traição física do que uma “espiritual”, pois cada partícula da alma gasta fora da união matrimonial “livre” se apresenta a ele como um roubo imperdoável dos tesouros que lhe pertencem, realizado em favor de outros.

E a indelicadeza ingênua que, pela mesma causa, é sempre praticada pelos “apaixonados” em relação a terceiros? Sem dúvida, todos nós já testemunhamos o seguinte fato cômico: dois apaixonados que mal tiveram tempo de se conhecer bem se apressam em reivindicar seus direitos sobre todas as relações pessoais já existentes do outro, em espiar o que há de mais sagrado do seu parceiro... Dois seres ainda ontem alheios um ao outro, reunidos apenas pelas vivências eróticas comuns, metem a mão na alma do outro e mandam, tal qual em sua própria casa, nessa alma alheia, incompreendida, coberta pelas marcas inapagáveis do passado e do vivido. Essa ideia da “propriedade” do casal vai tão longe que quase não nos choca um fenômeno na realidade anormal, quando os “recém-casados”, que até então viviam cada um a sua vida, hoje não hesitam em abrir a correspondência um do outro e transformam em patrimônio público as linhas de um terceiro indivíduo totalmente não relacionado, próximo a apenas um dos cônjuges. Esse tipo de “intimidade” só é conquistado por meio de uma “efetiva união” das almas que por um longo tempo carregam juntas, como camaradas, a cruz da vida. Mas geralmente acontece a “fraude” mais desonesta, aquela causada pela falsa ideia de que a intimidade física entre duas pessoas constitui um motivo suficiente para que o “direito de propriedade” se estenda sobre a essência espiritual delas.

Um momento secundário que distorce a psique da pessoa moderna e aguça a “crise sexual” é o conceito de “desigualdade” dos sexos, de iniquidade dos seus direitos, de valor distinto das suas vivências psíquicas e fisiológicas. A “moral dupla”, inerente tanto ao código burguês quanto ao clânico, envenenou a mente de homens e mulheres durante tantos séculos que se desfazer do seu veneno, convertido

em nossa parte orgânica, ficou mais difícil do que se livrar das ideias sobre a propriedade dos cônjuges herdadas da ideologia burguesa. No âmbito da psicofisiologia, esse conceito de “desigualdade dos sexos” faz com que sejam aplicadas medidas diferentes em relação ao mesmo ato realizado por representantes de ambos os sexos. E até a “pessoa mais vanguardista” da burguesia, que há muito tempo deixou para trás todo o código moral vigente, reconhecerá com facilidade que, nesse ponto, julga de maneiras distintas o comportamento do homem e o da mulher. Basta um exemplo grosseiro: imaginem que um intelectual burguês, “homem erudito”, político, ativista público, em uma palavra, uma “personalidade”, uma “grandeza”, comece uma relação com sua cozinheira (uma situação nada rara!) e contrai matrimônio com ela. Esse fato mudaria a maneira como a sociedade burguesa vê esse homem, lançaria nem que seja a menor sombra sobre as suas virtudes morais?

Claro que não! Agora imaginem outro caso: uma ativista pública burguesa respeitada, “docente”, “médica”, escritora, tanto faz! – comece uma relação com um criado e, para completar o “escândalo”, ratifica o relacionamento por meio do matrimônio legal. Como verá a sociedade burguesa a conduta da pessoa até então reverenciada? Claro que vai estigmatizá-la com “desprezo”. E reparem: Deus não permita que o criado possua uma aparência bonita ou outras “qualidades físicas”... Pior ainda! “Como essa mulher decaiu”, essa será a sentença da burguesia hipócrita.

A sociedade burguesa ainda não perdoa a mulher quando suas escolhas apresentam um “caráter demasiadamente individual”. Isso é uma espécie de atavismo: de acordo com a tradição herdada da vida clânica, a sociedade ainda deseja que a mulher leve em conta nas suas decisões os títulos, patentes, preceitos e interesses da família. A sociedade não consegue destacar a mulher da célula familiar e considerá-la uma personalidade significante por si só, fora do círculo fechado das virtudes e obrigações domésticas.

Em sua tutela da mulher, a sociedade moderna supera até os clãs antigos, prescrevendo-lhe não só se casar, mas se apaixonar somente pelas pessoas “dignas” dela. Encontramos a cada passo homens de nível espiritual e intelectual bastante alto que escolheram como companheira de vida um ser totalmente ínfimo e vazio, que não corresponde em nada às qualidades espirituais do esposo. Aceitamos esses fatos como normais, nem paramos para pensar neles; no máximo, “os

amigos ficam com pena de Ivan Ivanitch por ele ter uma esposa tão insuportável". Ao mesmo tempo, fazemos um gesto de espanto e exclamamos, quase repreendendo: "Como Maria Petrovna pôde se apaixonar por essa nulidade... Depois disso, eu começo a duvidar das virtudes da própria Maria Petrovna".

Onde se origina esse critério duplo? O que o condiciona? Sem dúvida, o fato de que a ideia de "valor diferente" dos dois sexos, inculcada na humanidade durante séculos, entrou organicamente na nossa mentalidade. Estamos acostumados a avaliar a mulher não como uma personalidade com qualidades e defeitos individuais não relacionados às suas vivências psicofisiológicas, mas apenas como um apêndice do homem. O homem, marido ou namorado, lança sua luz sobre a mulher. Ainda entendemos que é ele, e não ela, quem define a imagem moral e espiritual da mulher. No pronunciamento da sentença social, a personalidade do homem é antecipadamente separada da sua conduta na esfera sexual. Já a personalidade da mulher é avaliada em ligação estreita com sua vida sexual. Esse tipo de consideração decorre do papel desempenhado pela mulher durante séculos, enquanto a reavaliação dos valores nessa esfera essencial se dá, ou melhor, se esboça, devagar e aos poucos. Apenas a mudança no papel econômico da mulher e a sua entrada no caminho do trabalho independente podem e vão contribuir para o enfraquecimento dessas ideias errôneas e hipócritas.

Os três momentos principais que deformam a psique da pessoa moderna – o egocentrismo extremo, a ideia de propriedade dos cônjuges, o conceito de desigualdade dos sexos na área psicofisiológica – criam obstáculos no caminho para a resolução da questão sexual. A chave desejada que abre esse círculo mágico será encontrada pela humanidade apenas quando à sua mente tiver se juntado uma quantidade suficiente de "emoções simpatizantes" refinadas, quando na sua alma se levantarem as potências amorosas, quando o conceito de liberdade nas relações amorosas e matrimoniais estiver de fato ratificado, quando o princípio de "camaradagem" triunfar sobre a ideia tradicional da "desigualdade" e da submissão na relação entre os sexos. Sem a reeducação radical da nossa mentalidade, a questão sexual não pode ser solucionada.

Mas não seria esse tipo de premissa uma utopia infundada que cheira às receitas ingênuas dos sonhadores idealistas? Realmente, vá levantar a "potência amorosa" da humanidade! Será que, desde os

tempos imemoráveis, os sábios de todos os povos, de Buda e Confúcio a Cristo, não se preocuparam com isso e, contudo, quem mediria se a “potência amorosa” da humanidade foi levantada? Reduzir a questão da crise sexual a esse sonho bem-intencionado não significaria simplesmente o mesmo que reconhecer sua própria impotência e renunciar à busca da “chave desejada”?

Será que é verdade? Será que a questão da reeducação radical de nossa psique no âmbito das relações entre os sexos é, com efeito, um fato tão irrealizável, tão distante da prática da vida? Ao contrário, não estariam aparecendo agora, durante a grande transformação socioeconômica, as condições que acarretam e geram novas bases para vivências psicológicas correspondentes às exigências assinaladas anteriormente?

A burguesia, com sua ideologia de classe e seu código moral sexual individualista, será substituída por outra classe, por um novo grupo social... Essa classe ascendente vanguardista não pode deixar de conter no seu âmago embriões das novas relações entre os sexos estreitamente ligadas às suas tarefas sociais e de classe.

A complexa evolução das relações socioeconômicas que está acontecendo diante dos nossos olhos, transformando as nossas ideias sobre o papel da mulher na vida social e minando os fundamentos da moral sexual burguesa, acarreta dois fenômenos, à primeira vista, contraditórios. Por um lado, testemunhamos as incansáveis tentativas da humanidade de se adaptar às novas condições socioeconômicas, seja mantendo as “formas antigas” e preenchendo-as com um conteúdo inédito (preservação das cerimônias externas do matrimônio rigorosamente monogâmico e indissolúvel, mas com o reconhecimento da real liberdade dos cônjuges), seja, pelo contrário, aceitando as novas formas, mas introduzindo nelas elementos do código moral do casamento burguês (“união livre”, em que o princípio da propriedade de força de um cônjuge sobre o outro supera os limites até dos casamentos legais). Por outro lado, acontece uma delimitação lenta, porém contínua de formas renovadas de contato entre os sexos, renovadas não só na aparência, mas também no espírito das suas normas vivificantes. A humanidade vai tateando esses novos ideais com insegurança. Contudo, precisamos apenas olhá-los com mais atenção para que, apesar do seu caráter inacabado, possamos reconhecer neles os traços característicos, estritamente soldados às tarefas de classe do proletariado, que terá de conquistar a fortaleza sitiada do futuro. Quem quiser encontrar nesse intrincado labirinto das normas sexuais

contraditórias que se entrelaçam os embriões de futuras relações mais saudáveis entre os sexos, das relações que prometem tirar a humanidade da crise sexual, terá de sair dos “bairros de cultura”, com sua psique individualista refinada, e olhar para as habitações amontoadas da classe trabalhadora, em que, entre a pestilência e o horror gerados pelo capitalismo, entre as lágrimas e as maldições, as nascentes vivas, mesmo assim, abrem seu próprio caminho...

E aqui, na classe trabalhadora, sob pressão das difíceis condições econômicas, sob o jugo da exploração sempre intensa do capital, podemos observar o processo do qual acabamos de falar: a adaptação passiva e de resistência ativa à realidade. A influência destruidora do capitalismo, que mina as bases da família trabalhadora, faz o proletariado “se adaptar” instintivamente às condições existentes e acarreta uma série de fenômenos no âmbito das relações entre os sexos, análogos ao que acontece em outras classes da população. Sob a pressão da desvalorização do trabalho, a idade de casamento do trabalhador aumenta de maneira constante e inevitável. Se, há 20 anos, a idade média de casamento do trabalhador variava entre 22 e 25 anos, agora o proletário cria uma família apenas perto dos 30 anos. E quanto maiores são as suas necessidades culturais, quanto mais ele valoriza a possibilidade de tomar o pulso de sua vida cultural, visitar teatros e palestras, ler jornais e revistas, dedicar as horas de lazer à luta profissional, à política ou à sua atividade preferida, como arte, leitura etc., mais aumenta a sua idade de casamento. Contudo, as necessidades fisiológicas não respeitam o conteúdo da carteira: elas chamam atenção para si com insistência. Um proletário solteiro, assim como um burguês solteiro, procura a saída na prostituição. Esse tipo de fenômeno entra na área da “adaptação passiva” da classe trabalhadora às condições desfavoráveis da sua existência. Outro exemplo. O proletário se casou. Mas o mesmo obstáculo, o baixo nível salarial, força a família trabalhadora a “regular” a questão do nascimento de filhos de maneira semelhante à família burguesa.

A expansão dos infanticídios e o aumento da prostituição são fenômenos da mesma ordem, maneiras de adaptação passiva do trabalhador à realidade “pesada”. Mas, nesse processo, não há nada característico do proletariado. Esse tipo de adaptação é inerente a todas as classes e camadas da população atingidas pelo desenvolvimento capitalista mundial.

O divisor de águas começa apenas onde entram em vigor os princípios artísticos ativos, onde acontece não uma adaptação, mas sim

uma resistência à realidade opressora, onde são concebidos e se manifestam novos ideais, onde se formam tentativas tímidas de novas relações entre os sexos. Esse processo de resistência ativa está se delineando apenas na classe trabalhadora.

Isso não significa que as demais classes e camadas da população – sobretudo os intelectuais burgueses, que por suas condições de existência social se encontram mais próximos da classe trabalhadora – não assimilem o “novo” criado e cultivado pelo proletariado ascendente nas suas profundezas. Impelida por um desejo instintivo de reanimar suas formas matrimoniais congeladas e, por isso, impotentes, a burguesia se agarra ao “novo” trazido pela classe trabalhadora. Mas nem os ideais nem o código moral sexual elaborado pouco a pouco pelo proletariado correspondem à essência moral das suas necessidades de classe. Enquanto a moral sexual que cresce das demandas da classe trabalhadora constitui uma nova arma na sua luta social, as “novidades” assimiladas pela burguesia acabam por abalar completamente as bases do seu domínio social. Esclareçamos essa ideia com um exemplo.

A tentativa dos intelectuais burgueses de substituir a união matrimonial indestrutível pelos laços mais livres e facilmente dissolúveis da mera convivência a dois mina a família monogâmica com a propriedade de um cônjuge sobre o outro, que constitui a base essencial da estabilidade social burguesa.

Para o proletariado, pelo contrário, uma “fluidez” maior, uma rigidez menor das relações entre os sexos coincidem completamente e até decorrem diretamente das suas principais tarefas de classe. Do mesmo modo, a negação da “submissão” no casamento viola os últimos fundamentos artificiais da família burguesa. Assim como a “propriedade”, a “submissão” de um membro da classe aos outros é, na sua essência, hostil à psique do proletariado. Não faz parte dos interesses da classe revolucionária “estabelecer” para um de seus membros um representante independente, que deveria servir principalmente ao coletivo, e não à célula familiar destacada e isolada. Os conflitos frequentes entre as demandas da família e da classe, nem que seja durante as greves e a participação na luta, e a medida moral aplicada nesses casos pelo proletariado deixam claro a base da nova ideologia proletária...

Imagine um financista honrado que, em um momento crítico do empreendimento, retira seu capital em benefício da família. Do ponto

de vista da moral burguesa, a avaliação do seu ato é clara: “os interesses da família” estão em primeiro lugar. Agora, comparem com isso a atitude dos trabalhadores para com um fura-greve, que, contrariando os camaradas, vai ao trabalho para salvar a família da fome... Os interesses da classe estão em primeiro lugar. Em seguida, imaginem um marido burguês que, com seu amor e lealdade à família, conseguiu distrair a esposa de todos os interesses externos à casa e fixá-la decisivamente no quarto dos filhos e na cozinha. “Um marido ideal, que criou uma família ideal” – será a sentença burguesa. E o que pensariam os trabalhadores sobre um membro “consciente” que “desviaisse” os olhares da sua esposa ou namorada da luta social? Em detrimento da felicidade individual e da família, a moral da classe trabalhadora exige a participação da mulher na vida que se desenrola fora da casa. O “enclausuramento” da mulher na casa, a priorização dos interesses da família, a difusão dos direitos de propriedade absoluta de um cônjuge sobre o outro – todos esses fenômenos violam o princípio fundamental da ideologia do proletariado, a “solidariedade camaradesca”, e rompem a corrente da união de classe. O conceito de propriedade de uma pessoa sobre a outra, as ideias de “submissão” e de “desigualdade” entre os membros da mesma classe contradizem a própria essência do princípio proletário fundamental, a “camaradagem”. Esse princípio, no qual se baseia a ideologia da classe ascendente, colore e define o novo código moral sexual em formação, que ajudará a reeducar a psicologia da humanidade no espírito da acumulação de “emoções simpatizantes”, da liberdade em vez da propriedade, da camaradagem em vez da iniquidade e da opressão.

É uma velha verdade que cada nova classe ascendente, gerada pela cultura material distinta da etapa anterior do desenvolvimento econômico, enriquece a humanidade com uma ideologia renovada, inerente apenas a essa dada classe. O código moral sexual constitui uma parte necessária dessa ideologia. Contudo, assim que começamos a falar sobre a “ética proletária” e a “moral sexual proletária”, encontramos uma objeção trivial: a moral sexual proletária não é nada mais que uma “superestrutura”, ou seja, ela não pode ter espaço enquanto não mudar toda a base econômica... Como se a ideologia de uma classe se formasse apenas quando a transformação nas relações socioeconômicas que garantem o domínio dessa classe já aconteceu! Toda a experiência histórica nos ensina que a elaboração da ideologia e, por consequência, da moral sexual de um grupo social

acontece durante o próprio processo da luta desse grupo com as forças sociais hostis.

Apenas com a ajuda dos novos valores espirituais criados em seu âmago essa classe em luta consegue fortalecer suas posições sociais; apenas por meio das novas normas e ideais ela consegue conquistar com sucesso o poder dos grupos sociais antagônicos.

Encontrar o principal critério da moral gerado pelos interesses específicos da classe trabalhadora e ajustar a ele as normas sexuais em formação, essa é a tarefa a ser resolvida pelos ideólogos do proletariado.

É preciso entender que só percebendo o processo artístico em desenvolvimento nos lugares sociais mais profundos e inferiores, só formando novas necessidades, ideais e normas, só definindo as bases da moral sexual da classe vanguardista ascendente será possível se orientar no caos contraditório das relações entre os sexos e encontrar o fio desejado, com o qual o novelo apertado da questão sexual será desembaraçado...

É preciso lembrar que o código moral sexual ajustado às principais tarefas de classe pode servir de arma poderosa para o fortalecimento da posição de combate da classe ascendente... A experiência histórica nos ensina algo. O que pode nos impedir de usá-la a favor dos interesses da classe trabalhadora, que luta pelo regime comunista e pelas novas relações entre os sexos, mais perfeitas, completas e alegres?

Fonte: Отношение между полами и классовая борьба [Relações entre os sexos e a luta de classes], em *Новая мораль и рабочий класс/ Nóvaia moral i rabótchi klass* [A nova moral e a classe trabalhadora], Moscou, 1919.